

**Capitalismo, autopoiese e a crise do capital:  
encruzilhada do político**

Diogo de Oliveira da Silva<sup>12</sup>

Resumo: O objetivo que buscamos é apresentar o capitalismo como uma relação autopoietica, onde, a partir da própria lógica do capital, decorre seu processo de autoreprodução, a partir de crescentes diferenciações do sistema. Este pressuposto é que nos abre a porta para discutirmos a caráter da segunda contradição do capital, que é expresso pela contínua necessidade de transformação em mercadoria e impor a lógica do valor sobre condições de produção da existência social que não são resumíveis a estas determinações. Por derivação, as crises decorrentes deste processo e o seu caráter propriamente político é posta em relevo como um momento de encruzilhada não apenas para o sistema, mas para a continuidade da própria sociedade.

Palavras chave: capitalismo, autopoiese, segunda contradição

Resumen: El objetivo que buscamos es presentar el capitalismo como una relación autopoietica, donde, a partir de la propia lógica del capital, transcurre su proceso de autoreproducción, a partir de crecientes diferenciaciones del sistema. Este supuesto es que nos abre la puerta para discutir el carácter de la segunda contradicción del capital, que es expresado por la continua necesidad de transformación en mercancía e imponer la lógica del valor sobre condiciones de producción de la existencia social que no son resumibles a estas determinaciones. Por derivación, las crisis derivadas de este proceso y su carácter propriamente político se pone de relieve como un momento de encrucijada no sólo para el sistema, sino para la continuidad de la propia sociedad.

Palabras clave: capitalismo, autopoiese, segunda contradicción

---

<sup>1</sup> O autor é doutorando em economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia da UFBA. Conta com bolsa concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia, sem a qual não seria viável este projeto.

<sup>2</sup> Agradecemos a leitura e contribuição pela crítica do professor Daniel Jeziorny, da Universidade Federal da Bahia, sobre este artigo.

## 1. A guisa de uma introdução: Capitalismo e a relação autopoiética

O capitalismo e sua exuberante produção de mercadorias criou um mundo novo, uma constatação a priori inútil, porque demasiadamente visível. São carros, eletrodomésticos, smartphones, computadores, terapias medicamentosas, satélites, drones, aviões, máquinas de guerra, e uma série de outras ferramentas sociais que moldam a vida cotidiana daqueles que tem ou não acesso a esta enxurrada de bens.

O pressuposto marxista clássico da alienação explica porque esta parafernália se constitui uma segunda natureza frente ao seu criador, numa ordem que o desafia e que só pode ser vencida pelo processo revolucionário que reconecta a criatura e o criador, a produção dos valores de uso e sua fruição na lógica do “cada um segundo a sua necessidade”; mas não explica, por si só, as contradições sistêmicas do núcleo desta segunda natureza, que é a sua potência destrutiva.

O filósofo Alvaro Viera Pinto, ao recordar-nos das heróicas tarefas humanas no domínio da primeira natureza – aquela que não é fruto da ação do homem – revela que o processo deste inicial enfrentamento, pelo trabalho e, posteriormente, pela ciência, derivou-se na posição do homem por um maravilhamento – esta é a palavra deste período de grandes transformações técnico-produtivas e científicas – com os resultados daquilo que criou. Sendo o sentido de entendimento do que é a natureza marcada por um historicismo, correspondendo, em diferentes momentos, a diferentes realidades, “se no início era o mundo espontaneamente constituído, agora que o civilizado consegue cercar-se de produtos fabricados pela arte e pela ciência, serão estes que formarão para ele a nova “natureza”” (PINTO, 2013, p. 37).

Esta concepção de maravilhamento que acompanha a história ocidental no seu desafio histórico de fazer a si mesma, levou pensadores e homens práticos, ainda que não o soubessem, a colocar para si a tarefa fundante de sempre reeditar a luta pela conquista, de expandi-la para outros povos, pelo poder do comércio, das armas, do colonialismo, da ideologia, da mercadoria. Neste roteiro, de um ponto de vista tido até então como o mais alto progressismo, se antes a questão era marcada pela necessidade de conhecer para dominar a natureza, o que fora obtido através do conhecimento prático e científico e a aplicação tecnológica de controle das leis naturais, a questão agora seria a de destruir um segundo encantamento “natural<sup>3</sup>”, que é próprio das relações de produção do capitalismo, baseados na propriedade privada.

O próprio marxismo, como corrente teórica e ação política aponta nesta direção. A lógica operativa do marxismo clássico está nesta oposição entre forças produtivas e relações de produção

---

<sup>3</sup> Refere-se a segunda concepção de natureza, ainda que fosse melhor dizer, para evitar desentendimentos, naturalizado.

(O'CONNOR, 1998), que funciona como um encaixe limitado de expansão do capital como lógica organizadora da sociedade. Logo, na verdade, ainda que se faça uma enorme esforço para demonstrar que em Marx o sentido prometido da grande tarefa humana era moderado por uma posição crítica em relação a oposição homem e natureza, e que sua ponderação sobre as forças produtivas levava em consideração a sua face destrutiva (LOWY, 2014), admite-se que estas concepções não foram desenvolvidas a contento, sendo mais esparsas declarações sobre um possível estado nefasto das forças produtivas (destrutivas), que põem em risco as relações sociais existentes<sup>4</sup>.

O fato que queremos discutir é que isto que Schumpeter (1984) chamou de “civilização capitalista”, criou mais do que uma evolução da ciência racional e sua lista de aplicações tecnológicas em um novo universo de estranhamentos, da segunda natureza. Criou também hábitos mentais, uma forma de racionalização, uma maneira de organizar legitimar a dominação que não guarda relação com qualquer ética da outreidade, tão cara ao pensamento ambiental de Leff (2009), por sua própria forma de expansão no espaço-tempo.

As novas necessidades econômicas e a unidade monetária, são os instrumentos basilares de uma racionalidade que põem em funcionamento uma marcha que subjuga as antigas formas de relação homem/natureza e suas diferentes racionalidades (SCHUMPETER, 1984). Forma-se um mundo novo, onde o homem livre de suas antigas tradições, crenças, laços de parentesco, relações de reciprocidade, ordena suas relações pelo cálculo racional, que aplica a si, a sua sociedade e a natureza que a ambos envolve, o que precisa se discutir em si mesmo como potências devastadoras, como um espanto<sup>5</sup>.

Para discutir o espanto é preciso ter em conta que não foram, isoladamente, nem o desenvolvimento das forças produtivas (de um ponto de vista marxista), nem o avanço de uma nova razão burocrática (visão weberiana) que se constituíram os instrumentos que criam novas relações entre os homens e entre os homens e a natureza. Estas, consideradas isoladamente, foram condições necessárias, mas não suficientes para tamanho feito.

O capitalismo, como afirma Dardot e Laval (2016) é um complexo econômico-jurídico, o que implica dizer que forma sobre si um conjunto agregativo de funcionamento sistêmico. Sua realização, como tal, depende de um corte histórico com o passado e o reordenamento das formas de existência social, ou seja, uma forma de nova coordenação social que impele a todos e a tudo uma nova maneira de ser.

Polanyi (2002) chamou este movimento de “moinho satânico” pelo aparecimento do sistema industrial, porque fora exatamente a partir de sua aparição histórica e das articulações em torno dele

---

<sup>4</sup> Sobre este propósito das Modernidade, de um ponto de vista das transformações contraditórias na vida das pessoas, nas suas relações com o seu ambiente de existência, ver “Tudo que é sólido se desmancha no ar” de Marshall Berman.

<sup>5</sup> Tanto a admiração como o espanto representam atitudes filosóficas. A admiração se pergunta porquê o mundo existe; o espanto porquê o mundo é como é (CHAUÍ, 2000).

que se produziu esta condição de nova existência. O avanço acelerado e “miraculoso” dos meios produção provocou uma desarticulação da vida das pessoas, destruição dos antigos tecidos sociais, envolvidos na crença do progresso como horizonte histórico. Esta grande transformação, no que inclui-se todas as tentativas de defesa da sociedade, é organizada em torno de uma série de instituições que permitem converter fontes fundamentais de produção da vida humana, como a terra e o trabalho, em mercadorias<sup>6</sup> (fictícias), funcionalizadas pela dinâmica do livre comércio, da aparição, na história, da economia de mercado e da sociedade de mercado.

A economia de mercado implica, como necessidade, a construção de uma sociedade de mercado (POLANYI, 2002), instalada na própria lógica de reprodução de um sistema que, ao promover sua diferenciação em relação ao todo social, necessita colocá-lo a seu serviço, no fornecimento constante dos insumos aos quais necessita tanto para operar como planejar o processo produtivo, fato marcado pela compreensão de que interrupções nesta relação seriam catastróficas à própria forma de reprodução do novo sistema. A ideia de formar uma sociedade de mercado poderia ser identificada com a de fazer com que todas as referências sociais de uma coletividade estivessem vinculadas a apenas uma forma de produção da vida, a forma do valor, das mercadorias.

Não basta, aqui, demonstrar como tão anti-natural é este processo de conversão de fatores não produzidos pelo mercado em mercadorias, bem como a luta histórica destas, com os atores sociais destacados pela sociedade para promover sua defesa; tampouco evidenciar, como também faz o autor austríaco, como se vingam terra, trabalho e dinheiro, contra o capital, no desenrolar do processo histórico da grande transformação, reafirmando suas categóricas formas não-mercantis.

É necessário, para o que se busca, discutir o espanto, ter uma abordagem sistêmica. Colocar ênfase sobre a lógica desta nova construção da coletividade social, dado que estas relações de dominação e resistência da sociedade são sempre reproduzidas na narrativa histórica capitalista, em diferentes espaços e diferentes formas, mas que guardam entre si uma mesma ordem de relações, representam sempre uma busca incessante do capital de transformar suas condições de produção em fatores ordenados por sua lógica de valorização.

Partimos, portanto, da consideração da formação de uma sociedade e, por especificidade, a “sociedade de mercado”, como parte de um sistema que, como tal, é comparado a um organismo vivo nas Teorias dos Sistemas<sup>7</sup>. Como um organismo vivo, o sistema social tem características autopoieticas<sup>8</sup>, são definidos pela sua capacidade de autoconstrução, forma homeostática,

---

<sup>6</sup> O autor inclui também o dinheiro como mercadoria fictícia.

<sup>7</sup> Em oposição à ideia dos sistemas vivos das ciências naturais, os sistemas sociais são diferenciados por sua historicidade, ou seja, seu estado evolutivo de caráter irreversível, e por sua específica complexidade em estruturas que não podem ser apresentadas por sistemas de equações ou propriedades (FARIA, 2002).

<sup>8</sup> A ideia de autopoiese para as ciências sociais é derivada das concepções de Maturana e Varela sobre a constituição organizativa dos seres vivos.

autoreferenciamento, fronteiras delimitadas e que conta com a manutenção de sua própria organização como um fim em si mesmo<sup>9</sup>, numa rede de relações que formam uma unidade sistêmica. Enquanto o sistema exista, sua organização é permanente, no que implica uma coexistência no tempo de relações entre os componentes do sistema e esta organização, expressa em estruturas, que correspondem a um determinado estado atual do organismo, sempre em transformação (FARIA, 2002).

O que se destaca como configuração preementemente relevante desta visão, é que todo organismo autopoietico é uma unidade agregativa que, no decorrer de sua transformação, se torna independente das partes que o compõem e, mais do que isto, por realizações crescentes de diferenciações, torna-se mais complexo, tantos no processos de emergência, onde as partes, separadamente, não mais explicam a lógica do todo e onde o próprio todo, dentro de um ordenamento sistêmico, vai se tornando policêntrico, pela formação de subsistemas que se tornam diferenciados, dada como premissa a existência de uma “abertura cognitiva” (FARIA, 2002).

Queremos dizer com isto é que o sistema econômico, no que Polanyi (2002) também colocou grande acento, é um organismo que sofreu crescente diversificação e autonomia frente ao todo social, desenvolvendo sua própria lógica de autoreferenciamento e autoreprodução, num sistema fechado. O que Faria (2002) chama de “take-off autopoietico” é nada menos que isto, com o destaque que faz Théret (1998), citado por Faria (2002), à formação do trabalho assalariado e ao ingresso do capital na esfera da produção.

Luhmann (2013) vai mais longe ao destacar a importância de ter em conta a economia como uma organização monetária, na qual o dinheiro tem maior destaque na formação de um sistema autopoietico. A parte de considerarmos que sua compreensão de que a comunicação é o elemento fundamental de organização de um sistema autoreferenciável é incorreta<sup>10</sup>; é acertada sua concepção de que, na ordem econômica, a codificação das relações sociais (não das comunicações, como o autor expressa) se dá pelo dinheiro, que funciona como um código para duas formas de escassez: a dos bens e a dos próprios recursos monetárias.

Como os sistema autopoieticos são fechados e abertos, a noção aplicada do dinheiro como meio operativo do processo de autoprodução do sistema está na forma como os pagamentos e não pagamentos se articulam como elementos que são únicos do sistema econômico, são de sua própria realização, não sendo encontrados em outros subsistemas. Os pagamentos são produzidos e

---

<sup>9</sup> A ideia de que o sistema econômico é diferenciado e autopoietico conta com a noção de fim em si mesmo para além da ideia dialética de síntese entre tese e antítese que confluem no surgimento de um novo. É uma concepção de ordem de reprodução sistêmica que, a partir de sua própria constituição, forma continuamente a si mesmo e que, para tanto, pode estar vinculado a vários fins circunstâncias, contingentes.

<sup>10</sup> Faria (2002) já havia chamado a atenção para o problema de reduzir ao elemento básico das relações em sociedade à comunicação, dado que, como destaque, a comunicação é um ato, um suporte, da relação social, a qual a última não pode ser reduzida, tampouco limitada.

reproduzidos pelo organismo econômico, numa relação que é inescapável as partes e que reconstituem o todo em diferentes formas, em diferentes estruturas. Enquanto exista o sistema, a forma de organização por pagamentos, pelo dinheiro como unidade de conta, como representação do valor, é sempre a mesma, o que pode mudar é a forma de estrutura, os variados fins episódicos que obedecem a uma ordem sem fim de reprodução do sistema, o que representa a potência da economia monetária<sup>11</sup>.

Só quando o sistema avança para o princípio do lucro, uma forma de autoreflexão do pagamento sobre si mesmo, quer dizer, quando uma operação ao invés de fornecer apenas o objeto ou o serviço pago, gera um pagamento que beneficia o próprio pagador, é que se encontra um eixo diferenciável que faz independente o subsistema econômico tanto da produção, quanto de motivos e orientações privadas do que produzir (LUHMANN, 2013). Neste ponto, o capitalista perde o princípio da vontade privada, se torna um personagem do capital, ordenado pela necessidade socializada de lucro, que é a fonte de sua própria sobrevivência, como destaca também Mézaros (2016).

Ainda que um sistema autopoietico seja fechado em si mesmo nestas operações monetárias, como afirmamos aqui, voltado para o pagamento, como operação básica de sua autorealização, o sistema precisa encontrar suas razões, seus fins transitórios. Se recordamos que, para Luhmann (1998), todo sistema é formado por uma parte interna e um entorno, os pagamentos se relacionam entre si, como uma linguagem, por motivos que são, em última instância, captados do entorno do sistema, mas reordenados, condicionados pela economia. Esta dinâmica dá movimento ao sistema, que transforma necessidades elementares, necessidades de lucro ou necessidades de produção em novas fontes de pagamentos (LUHMANN, 2013).

Logo, o que explicaria a dinâmica do sistema social complexo seriam, portanto, as formas de regulação entre estas partes autopoieticas e o sistema social, que não são organizadas por um centro de poder político, mas por sua própria dinâmica de reprodução e conexão com o ambiente social (FARIA, 2012; LUHMANN, 2013).

Correspondente a este aspecto estrutural do sistema, há um aspecto subjetivo, que sutura sua reprodução. Afinal, não é apenas pela coerção da estrutura, dos pagamentos, que as partes se integram no todo. Este aspecto, que desenvolveremos no decorrer deste trabalho, demonstra uma profunda ordem de domínio que não é econômica, política ou social, porque a exemplo da estrutura do sistema social, é uma ordem de dominação polícentrica, está em todos os lugares, com um mesmo padrão, que é o mesmo que Dardot e Laval (2016) chamam de “nova razão de mundo”, onde tudo

---

<sup>11</sup> Os agentes, quando escolhem pagar ou não pagar (abstinência), estão envolvidos numa mesma trama que consiste na liberdade de escolher ou entregar esta mesma liberdade para outro, funda uma autopoieses que determinará, a partir do valor do dinheiro, os códigos de gestão da escassez, da produção, da distribuição, das expectativas, em autoestruturas que são “deliberadamente contingentes e variáveis” (LUHMANN, p. 8, 2013).

tem que ser pago, todas as necessidades são reorientados como elementos de constituição do capitalismo.

Logo, poderíamos supor, como hipótese, que não seriam nas contradições intra-sistêmicas que se conseguiria romper ou reordenar o processo de evolução, a não ser que o comportamento das partes se reproduza em novas próprias articulações e, assim, afetem o todo (FARIA, 2002). Como o sistema, em sua lógica de emergência e reprodução, cria novas propriedades que não são de origem das partes, rearticulando-as por cima, e, ademais, como toda lógica escapa a um determinante fixo de ordenação, funcionando como um rizoma, é preementemente complexa uma forma de organização, dentro desta unidade e entre os indivíduos, que rompam com a maquinaria produtiva pela lógica dos contrários, a lógica dialética.

De tais considerações, teria mesmo que haver um momento, uma chave no processo de reprodução autopoietica do sistema que permitisse a grupos, ativamente preparados, adotar lógicas de ação que reordenassem as estruturas. Esta chave comumente é entendida como uma crise, fruto das contradições do sistema. No que teríamos de nos perguntar: qual seria então a contradição relevante do nosso tempo, frente a crescente diferenciação do sistema econômico como organismo autopoietico? Qual seria a fonte do espanto?

Do nosso ponto de vista, é tudo aquilo que está no sistema, mas não é do seu núcleo de autoreprodução, e que é recorrentemente convertido, por seus processos operativos, na forma monetária, em elementos do sistema. É aquilo que impõem um limite ao processo de reprodução autopoietica do sistema social<sup>12</sup>, o espanto é aquilo que os ecossocialistas chamam de segunda contradição: a das condições de produção e a lógica expansiva/destrutiva, do próprio sistema<sup>13</sup>.

No decorrer deste artigo, ampliaremos estas discussões. Na seção que segue, ordena-se o problema da segunda contradição e as diferentes respostas a mesma. Na terceira seção, explicitam-se, historicamente, as potencias de transformação do sistema econômico e suas subjetividades

---

<sup>12</sup> Observe-se que Luhmann (2013) ao tratar da capacidade do subsistema econômico de se autoproduzir através das operações de uma economia monetária entende, no compasso do que se passa na própria sociedade, que como sistema é fechado e aberto, tem sua própria lógica, mas necessita do entorno para a sua completude. As relações de operação, que para ele são de comunicação – para o que entendemos aqui, as diferenças entre compreender isto como comunicação ou como relação social é irrelevante – expressam sempre uma aceitação ou recusa do processo operativo. Ainda que possamos admitir, como destaca Dardot e Laval (2016) que o neoliberalismo esteja tão forte que tenha formado um caráter universal do homem como valor que se valoriza, onde tudo que não é mercadoria seja forçosamente convertido nela, continua a existir na sociedade a crítica à ordem tanto daqueles que não são inclusos por direito no sistema, os miseráveis, quanto daqueles que, uma vez incluso, veem cair sobre suas cabeças as consequências nefastas de fazer de si um valor que se produz a si mesmo.

<sup>13</sup> Como destaca Faria (2002), o sistema marxista pode ser representado como sistema autopoietico por três elementos que constituem a teoria: a) autoreferenciamento, entende o sistema como resultado de mecanismos internos como a reprodução do regime de acumulação/formas institucionais de regulação; b) o sistema se reproduz através dos elementos que o compõem, que são relações sociais causadas por relações sociais; c) existência de fronteiras que são delimitadas por relações específicas que distinguem o sistema econômico do seu meio.

correlatas, colocando em foco uma reflexão sobre as novas formas de luta social dentro do organismo social.

## **2. Do espanto: a brecha da segunda contradição**

O surgimento da teoria ecológica vem suprir uma falta fundamental nas análises de tipo econômico que é fruto de uma outra centralidade nas relações do sistema social, que são aquelas oriundas da própria natureza, do entorno do sistema autopoietico. O pensamento moderno até então vinculava-se a ideia de contradição homem-natureza, como um processo antropocêntrico de desafio histórico, tendo o homem a necessidade de conhecer as leis da natureza, onde reproduz suas formas sociais, para dominá-la.

Se em decorrência desta noção de instrumentalização do meio e do próprio homem como instrumento nos vimos todos embaraçados na segunda natureza; as preocupações recentes voltam-se para a natureza naturata,<sup>14</sup> em suas causas e efeitos necessários, em sua substância, no que incorre em destacar não novos maravilhamentos ao modo de Álvaro Vieira Pinto, mas novos espantos.

São os novos fenômenos climáticos que promovem efeito de aquecimento terrestre, promovendo degelo de zonas polares, elevação dos mares e ameaça a cidades costeiras; a desertificação e contaminação de solos; o desmantamento e seus efeitos de interferência na biodiversidade; o efeito estufa; a chuva ácida; a erosão na camada de ozônio; entre outros aos quais são somados os efeitos diretos da poluição pela abundância e descartabilidade das mercadorias; o inchaço das cidades, em espaços urbanos congestionados de carros e crescentemente impermeabilizados, o que provoca diversos transtornos de locomoção, enchentes e déficit de moradias; as contaminações químicas da terra decorrentes de uso de agrotóxicos, do uso, ainda completo de controvérsias, de energia nuclear, de combustível fósseis, entre outros.

É a constatação de um novo mundo tão exuberante em sua tragédia antropocênica como aquele que criou a segunda natureza, e para o qual não bastam as soluções de um novo pacto de reordenamento das relações de produção, pois é da própria lógica de harmonização homem/natureza frente aos limites físicos, entrópicos, das fronteiras dos ecossistemas planetárias (ANDRADE; ROMEIRO, 2011) que se delimitam os problemas<sup>15</sup>.

Hoje, crescentemente, pesquisadores buscam entender, na economia ecológica, a economia como um “subsistema aberto dentro da ecossistema terrestre” (DALY, 1996). Sendo esta consideração ainda posta em termos quantitativos, é o crescimento do subsistema que está em

---

<sup>14</sup> Ver Marilena Chauí “Espinosa: poder e liberdade”.

<sup>15</sup> Jeziorny (2018) é taxativo em dizer que todas as demonstrações nos levam a crer que não se pode ignorar esta questão, a despeito de qual for o compromisso ideológico do observador



questão, frente a um conceito finito, não crescente, materialmente fechado, do ecossistema que lhe dá suporte e, neste diapasão, passou-se a discutir a ideia do desenvolvimento sustentável, para uns, crescimento sustentável para outros.

A natureza contribui para com o sistema econômico com insumos que vão desde aqueles que entram diretamente no processo produtivo transformando-se em produtos, mercadorias, pela força do trabalho; quanto aquelas serviços que são de suporte, não incorporados ao produto final, mas que ainda assim são fundamentais à realização da produção, como os de provisão, de regulação, culturais, de transporte (ANDRADE, ROMEIRO, 2011). Ainda que, por uma substituição técnica se possam criar produtos/insumos que evitem o recurso aos “congêneres” naturais, até onde se sabe, não se pode recriar os serviços ecossistêmicos e tampouco se conhece, com profundidade, o seu sistema de regeneração, capacidade entrópica de suportar as atividades humanas em escala crescente de danos.

A ameaça de fundo desta relação é o que Mészáros chamou de “incontrolabilidade do capital”, no que destaca os riscos da era nuclear e a poluição industrial/agrícola em grande escala. O sistema é, segundo o autor, voltado para a expansão – o que chamamos de diferenciação –, a acumulação é seu instrumento e os agentes que acumulam são “determinantes determinados” que, para manterem não só sua posição, mas permanecerem como sujeitos do capital, devem reproduzir a lógica do sistema. “O sistema do capital permanece incontrolável precisamente porque o relacionamento estrutural objetivo entre a intenção consciente e a exigência expansionista não pode ser revertido dentro dos parâmetros deste sistema” (2002, p. 140)<sup>16</sup>.

Sobre este debate entre (in)controlabilidade, várias foram as teorias da ecologia política e variados também são os diagnósticos que envolvem “o ecossistema como um problema” para o subsistema econômico. Alier (2007) destaca três correntes de ideias-núcleo dominantes: a) culto ao silvestre; b) evangelho da ecoeficiência; c) ecologismo dos pobres. Todas elas voltam-se para o tema homem/natureza, de um ponto de vista ético-político diferente.

Há os grupos que querem uma separação do homem e a natureza, num componente a-histórico, bucólico, que abandona de vez a ideia de uma possível integração entre estes dois entes que formam um só; como se o homem, desintegrado, civilizado, racional, fosse um produto perdido no tempo e a natureza necessitasse de uma proteção de intocabilidade. São os primeiros que citamos, aqueles do “culto ao silvestre”. Misturam-se nesta corrente uma noção de natureza afastada da história humana e uma ausência de crítica séria ao problema do crescimento econômico, do modo de produção capitalista, o que são duas caras de uma mesma face (ALIER, 2007; JEZIORNY, 2018).

---

<sup>16</sup> Observe-se que está a mesma definição do problema autopoiético apresentado por Luhmann (2013) sobre a sobreposição da lógica dos pagamentos, da lógica monetária, sobre os agentes, que não escolhem o que querem fazer, mas são conduzidos ao ato, pelos processos comunicativos estabelecidos pelas relações de comunicação dos pagamentos.

Num campo diametralmente oposto, aqueles que também não estão ao lado da história humana a partir de uma matriz que não a reduza a pequenez capitalista – que é apenas um momento de uma larga trajetória –, e que, por isto, ordenam as alternativas à crise ambiental com um pressuposto do uso eficiente de recursos, do desenvolvimento tecnológico como possibilidade sustentável da utilização da natureza como capital, da ideia do crescimento sustentável, do que Alier (2007) chama de religião da utilidade.

Pode parecer, a uma observação rápida, que estas duas correntes reeditam o conflito histórico de um mundo sacralizado, ordenado pela fé e aquele da razão, da ciência, da tecnologia. Estaríamos diante de uma reedição da relação mundo religioso e mundo secular, sendo, na verdade, ambas formas diferentes de religião que não criticam, explicitamente, a única crença que está acima da razão e da fé: o capitalismo.

Neste quadro, o ecologismo dos pobres funciona como terceira via. Nem fala em nome da natureza, tampouco em nome do “progresso”, confundido com capitalismo. É uma corrente que tem como foco o problema da justiça ambiental, das formas desiguais de como o capitalismo distribui os custos, as “externalidades”, em formas que deslocamento geográfico de poluição, dejetos ou de extração de recursos que impactam diretamente a vida de pessoas mais pobres ou grupos mais vulneráveis. Nesta corrente estão reeditados o conflito terceiro-mundista; a luta urbana; a luta racial; entre outros conflitos populares (ALIER, 2007; JEZIORNY, 2018).

Uma outra proposição, que caminha por fora destas supracitadas, é aquela que considera os problemas ambientais, a crise ambiental, como produto de uma segunda crise, a crise da razão (LEFF, 2009). Enquanto as anteriores não identificam claramente uma causa para uma consequência, estando mais dispostas a evidenciar conflitos e soluções, ou a destacar sintomas, como o uso excessivo de recursos que não permite a recuperação cíclica dos ecossistemas; o fato de que cada vez menor grau de biomassa está disponível para outro conjunto de espécies que não seja a humana, entre outros, aqueles que defendem uma racionalidade ambiental, ainda que não formem uma corrente identificável, apresentam uma alternativa crítica que pode ser usada pelos grupos e movimentos sociais.

A ideia de Leff (2009) é que a crise ambiental exige uma nova educação ambiental, um novo saber que integre o conhecimento racional (limitado) ao conhecimento sensível, no que chama de “epistemologia política da sustentabilidade da vida”, no que inclui numa unidade da outreidade os homens – na sua multiplicidade cultural – e a natureza. Um encontro de distintas racionalidades, dos diferentes valores e subjetividades no saber como possibilidade de articulação política para uma reapropriação da natureza, numa outra globalização ou “globalização alternativa”. A potência de suas ideias é pensar, pela formação das identidades, pela quebra da separação entre ética e conhecimento – que ajudou a universalizar o mundo numa única forma de pensar, ser, existir, produzir – uma outra possibilidade de conceber o mundo atual, utopia, no sentido mais nobre do léxico.

Neste mesmo panorama geral está o pensamento de Guatarri (2002) e suas “três ecologias”, no que chama de “ecosofia” contra a perspectiva tecnocrática. Uma filosofia do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana que promova uma revolução política, social e cultural capaz de reorientar os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Por óbvio que não é apenas uma perspectiva da razão, é, na verdade, uma crítica materialista da formação da subjetividade humana e do modelo de avanço do que chama de “capitalismo mundial integrado” (CMI) em um só bloco que é ao mesmo tempo produtivo, econômico e subjetivo. Voltaremos a este tema em breve.

Ao fim e ao cabo de todas estas discussões teóricas e de recomendações práticas que apresentamos, que perpassam boa parte das muitas matrizes ideológicas que recobrem a nossa sociedade, podemos verificar que o tema da crise ambiental, o espanto, é um dado em comum para todos, porque é inescapável a todos desta humanidade, que é gente e é natureza. Como uma vez, utilizando-se obviamente de uma alegoria, assim disse o então presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva:

Esta questão do clima é delicada porquê o mundo é redondo, se o mundo fosse quadrado, sabe, ou retangular, e a gente soubesse que nosso território está há 14 mil quilômetros de distância dos centros mais poluidores, ótimo, vai ficar só lá, sabe. Mas como o mundo gira, e a gente também passa lá embaixo, onde está mais poluído, a responsabilidade é de todos (BRASIL, 2009).

Voltemos ao tema da incontrolabilidade do capital para aclararmos o propósito desta seção: a segunda contradição. Quando Meszáros (2002) utiliza o termo incontrolabilidade e demonstra que todas as soluções dos economistas defensores do capitalismo – vulgares ou não – para frear a contínua tendência à crise do sistema são impotentes, está nos dizendo uma coisa importante: o processo, que chama de sociometabólico, de expansão do capital, como um sistema, não é controlável pelo homem, no que anuncia politicamente uma “necessidade gritante da humanidade de discutir as causas como causas no modo de controle sociometabólico do capital (p. 133) contra aqueles que querem fazer do capitalismo e sua capacidade destrutiva, um “reinado até o final dos tempos”(p. 134).

É exatamente para discutir as causas como causas que surge, nos debates sobre a questão ecológica, a corrente ecossocialista. Herdeira do marxismo, propõem uma espécie de marxismo ecológico, enfatizando a necessidade de acoplar, num mesmo horizonte de análises, a crise ecológica, a crise capitalista e a crise civilizacional. A articulação desta corrente teórica se dá pelo próprio enunciado da crise, ou seja, a ideia de que não só o capitalismo é constantemente assediado por um desequilíbrio, bem como o sistema faz deste processo uma propulsão para a reorganização dos dados fundamentais de sua própria reprodução (O’CONNOR, 1998; 2002; LOWY, 2013; 2014).

O’Connor (1998) aponta que para o marxismo clássico, a crise é sempre oriunda das contradições entre forças produtivas e relações de produção e tendem a ter um caráter de excesso de

capital, superprodução em valor produzido que não encontra possibilidade de realização em lucro. A lógica interna do processo está organizada na forma mesma de produção do capital, que caminha na direção contínua de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, aumentando a composição orgânica do capital e construindo, assim, o próprio esteio de sua contradição, que é a crescente dificuldade de realizar o valor. O'Connor (1998) destaca que as soluções para as crises no capitalismo caminham numa direção de movimentos de socialização.

A grande contribuição do autor não é, por óbvio, perceber que de cada crise, na própria transformação do sistema, ele se torna cada vez mais socializado e que isto seria uma semente de uma organização de tipo socialista. Mas sim em perceber uma segunda contradição do capital que, até então, não havia sido apontada em termos marxista, aquela que envolve as condições de produção e a lógica do capital.

Como apontamos na seção introdutória deste ensaio, Polanyi (2002) já havia alertado para quão catastrófica poderia ser a transformação da terra e da força de trabalho em mercadorias fictícias, pelo advento da conjugação de três forças altamente destrutivos do antigo tecido social, que foram a economia de mercado, a grande manufatura (sistema industrial) e a sociedade de mercado. No entanto, concebendo a irreversibilidade do processo, advogou pela necessidade de definir o ritmo das mudanças, o que fora feito, pela própria sociedade (a sociedade se salvará!), reafirmando o caráter não mercantil, pela política, das mercadorias fictícias. Bastou, para isso, que todo o arranjo institucional utilizado pelo liberalismo para construir sua ficção desmoronasse numa grande transformação.

O'Connor (1998), utilizando-se de outro instrumento teórico, defende a mesma referência, que é a impossibilidade do capital de transformar de fato em mercadorias aquilo que não é produzido por sua própria dinâmica de valorização, o que resulta, em termos gerais, em crises. O argumento vai mais longe, porque além de mostrar que há uma contradição basicamente econômica entre relação de produção capitalista, forças produtivas e as condições de produção organizadas sobre um princípio de temporalidades dissonantes, destaca a própria contestação política que envolvem as condições de produção, pois para ter acesso à natureza, à força de trabalho, o capital tem que necessariamente enfrentar-se com a regulação estatal, as lutas sociais e uma gama de valores e éticas que não dizem respeito ao valor de troca, para voltarmos ao tema da autopoiese, não dizem respeito à forma de autoreprodução do sistema.

A crise da segunda contradição é portanto, uma crise de escassez promovidas tanto da ação direta do tempo do capital no tempo da Terra; quanto pela organização social que, ao defender politicamente as suas condições de existência, impõem novos custos à reprodução do capital. Como são crises econômicas marcadas por um problema político, encontram solução nas referidas socializações, tanto pelo papel relevante do Estado, que se coloca entre o capital e a natureza/força

de trabalho (condições de produção), quanto das próprias formas de rearticulação das forças produtivas em formas mais cooperativas. No caso específico das condições de produção, impossibilitado de dominá-las, o capital se utiliza do planejamento estatal, cooperativo, para garantir um fluxo de serviços, insumos, e manter, assim o seu caminhar em direção a uma flexibilização produtiva <sup>17</sup> (O'CONNOR, 1998).

O ecossocialismo se conforma então como uma alternativa teórica crítica do capitalismo e uma bandeira política que visa instrumentalizar os novos atores sociais revolucionários, no que nos encontramos com a palavra brecha, utilizada no título desta seção. Tanto O'Connor quanto Lowy, autores utilizados aqui para discutirmos o ecossocialismo, complexificam a concepção de potencial crise do capitalismo, imputando-o esta segunda contradição que aqui mencionamos.

Na contradição original, os choques entre força produtiva e relação de produção encontravam, como agente potencialmente revolucionário, o proletariado que, através de um partido de classe, toma o poder e subverte as relações de produção, eliminando-a como entrave desenvolvimento das forças produtivas. Nesta segunda contradição, a nova brecha revolucionária se dá por uma multiplicidade de novos agentes que tem seu modo de vida direta ou indiretamente impactados pela destruição das condições de produção, o que é, para estes, suas próprias condições de reprodução social.

Os atores das nova transformação são, portanto, os movimentos sociais que lutam pela ecologia, os movimentos feministas, grupos de trabalhadores, entre outros (O'CONNOR, 1998; 2002, LOWY, 2013, 2014), numa aliança entre verdes e vermelhos, respectivamente, crítica ecológica do produtivismo, crítica marxista do capital e a alternativa socialista (LOWY, 2014), configurados numa nova ética que nega tanto a lógica do capital, quanto a experiência do socialismo real e que reestabelece a promessa de um novo socialismo, um socialismo democrático.

### **3. A encruzilhada do político**

O problema posto por O'Connor é quiçá a questão mais relevante de nossos tempos, exatamente porque nenhum sistema sobrevive sem garantir as condições de seu funcionamento. Fora para isto que se promoveu a destruição do tecido social pré-capitalista, como nos mostra Polanyi (2002), ou, em outros espaços, as refuncionalizou, e como este é um modus operandi recorrente, não entendemos cometer, nesta interpretação, nenhuma espécie de anacronismo.

A grande contradição está realmente em como garantir que mercadorias fictícias, não ordenadas por princípios mercantis, tenham incultadas em seu núcleo a marca do mercado, na sua

---

<sup>17</sup> Tenha-se em conta que isto não implica em negação da lógica da auto-poiese. Dado que a organização do entorno por outro fato que não a economia, serve exatamente para a autoreprodução do subsistema econômico. Não está sendo questionado o seu núcleo de autorealização, mas as formas de dominação do seu entorno.

lógica dispositiva de regularidade, forma, na subsunção real da matéria prima e do trabalho, mais do que sua subsunção formal, na sua coisificação. A marca do político nestas duas mercadorias, recorrentemente expressam uma vingança contra as tentativas de subsunção real e a coisificação nunca está completa, é sempre uma tentativa, a força de um devir mercadoria. É sempre, em termos autopoieticos, uma relação entre um sistema fechado, com seu núcleo de funcionamento, e o seu entorno.

Neste sentido, O'Connor (2002) destaca que na ausência de uma crítica radical ao sistema, é possível que os movimentos ecoreformistas empurrem o capital a criar, a sua imagem e semelhança, uma nova natureza, aquela das sementes geneticamente modificadas, da introdução da maquinaria no meio rural, da transformação das paisagens. O devir mercadoria é sempre possível, ainda que, dada a ideia de que o subsistema econômico faz parte de um ecossistema maior, do qual pouco conhecemos na sua lógica de reprodução, nos possa parecer algo um tanto quanto complexo para a ciência e para a tecnologia que dispomos o refazer completo, a coisificação total, das condições de produção em imagem do capital, o que joga um dado de grande irrealismo para aqueles partidários do evangelho da ecoeficiência.

O ponto que queremos destacar da ideia de O'Connor é, no entanto, outra. Interessa discutir a integração entre a infraestrutura e a superestrutura, a sutura entre as forças produtivas e as relações de produção, quando se tem nas condições de produção algum grau de instabilidade, no que hoje se chama crise ambiental, crise ecológica ou, até mesmo, crise civilizatória. Para isto é preciso voltar a discutir como funciona o sistema, como ele se autoreproduz, como se organiza para sua conservação.

Partindo da ideia de autopoiese, sabemos que a palavra chave da manutenção de um organismo são as suas condições de (auto)reprodução. Na teoria dos sistemas de Luhman (1998), estas condições de produção, da sociedade, se estabelecem por meio da comunicação, estando os indivíduos, as especificações do espaço, no entorno (exterior a forma), e o sistema no interior a forma, o que são duas faces de um próprio sistema que, apesar da ideia equivocada de autarquia que se possa ter de sua autopoieses, necessita de sua parte externa para se reproduzir. A forma interna e externa tem um limite e é pelo atravessamento deste limite, que se produz o todo, o que se dá pelo próprio processo de comunicação, num sistema sempre móvel.

Todo sistema autopoietico produz a si mesmo através dos seus produtos (LUHMAN, 1998), um modo operativo por meio do qual o sistema se produz e se reproduz. Para Marx, esta forma são as relações sociais, irreduzíveis apenas à comunicação (FARIA, 2002). O ponto relevante, no entanto, não é dizer que as relações sociais são o núcleo fundante de interpretação de uma realidade, mas como é que elas se movem para produzir um sistema, como da estrutura, das forças produtivas, se deslocam para a superestrutura, como organizam a totalidade complexa com as condições de produção, como se solda um sistema instável, de caráter continuamente perturbador da ordem.

Como o marxismo, mesmo naquelas tentativas, ou exercícios teóricos, que buscam a sua renovação não resolveu a contento a integração entre a esfera das relações de produção e das forças produtivas, ainda que possa se considerar como relevante avanço a dimensão de sutura do sistema por intermédio da superestrutura gramsciana, nos falta uma dimensão de um todo orgânico que permita compreender como, a partir da crise, o sistema se transforma, se autoreproduz, como, no tema da autopoiese, realiza o seu ato cognitivo, que o animismo de Adam Smith deu conta de perceber, mas não explicar.

A crise, argumenta O'Connor (1998), promove uma luta para a sutura, em formas cada vez mais sociais, das novas condições de produção, tanto definidas como forças produtiva, como relações de produção, o que faz com que a promessa de que a crescente socialização se transforme em base para o socialismo seja apenas isto: uma promessa. Esta luta pela transformação das condições de produção são políticas, por excelência, pela própria natureza rebelde de elementos não totalmente subsumidos ao capital.

Gramsci (2004), preocupado com o tema da hegemonia e da capacidade do sistema de estabelecer casamatas e fortalezas na sociedade civil, que retardam o acesso ao Estado como trincheira mais avançada, nos fala então da necessidade de, no advento da transformação do sistema, na crise, ter uma força social ativa, operante, organizada, capaz de desafiar a ordem ou ser dominada por outras forças sociais que disputam a direção do sistema, a hegemonia.

Estes são dois argumentos de origens distintas sobre a disputa de poder, uma que parte das transformações das estruturas *per se* (poiesis) e outra que parte das forças sociais que emergem da práxis. Não temos respostas de como juntar estas duas concepções, isto é algo no qual devemos somar esforços para produzir novas reflexões.

Para tanto, não basta, como fazem os ecossocialistas, torcer, fazer os mais graciosos votos, de união entre os verdes e os vermelhos, esperar que a sociedade chegue numa capacidade crítica tal, frente ao abismo e ao espanto, que possa negar o sistema tanto do ponto de vista de seu produtivismo, quanto do ponto de vista do capital (ordem social). As lutas fragmentadas, uma vez percebida a crise e as tentativas de rearticulação do capitalismo para sua autoreprodução, não emergem em uma ordem unificada pela simples oposição entre sujeitos em suas diferentes trincheiras contra um inimigo em comum ou pela exposição de um projeto político que salve a humanidade de seu fim. Não basta anunciar uma nova ética de uma civilização alternativa, como nos apresenta Lowy (2013; 2014).

O sistema é incontornável por ação humana, como taxativamente afirma Mészáros, no que replicamos, é autopoietico. Mészáros não só afirma, como demonstra que mesmo na economia política ou nas Ciências econômicas, incapazes de dar uma resposta de como funciona a reprodução do capitalismo, apelam para conceitos como mão invisível, homo economicus, instâncias institucionais de controle, no que tudo, obviamente, descamba em novas crises, novas reorganizações

e novas tentativas de responder sobre como manter, sobre determinadas margens, um forma de garantir a tão assegurada harmonia entre os interesses privados e a sociedade. Para o tema da crise ambiental, as ilusões são as mesmas e continuam a mover grandes esforços de recursos financeiros, de pesquisa, de ação social, de regulamentação estatal que visam não resolver, mas remediar a crise estrutural do capital.

Se a hipótese da extensão do domínio do capitalismo estiver correta, que é a mesma que surge após o fim do modelo do socialismo real e do avanço do capital como modo econômico dominante que torna a mercadoria (valor de troca) e as finanças (dinheiro) como um universal-concreto, no conceito de Hegel, isto pode ser atribuído pelo que Gill e Law (2009) chamam de poder estrutural do capital – com sua correspondente capacidade de mobilizar uma ampla gama de forças sociais nos terrenos da produção, das finanças, do poder midiático, das instituições internacionais e dos Estados centrais – que impõem como norma aos Estados o neoliberalismo, como uma nova “razão de mundo”, como diz Dardot e Laval (2016)<sup>18</sup>.

Somando-se a isto a potência subjetiva do sistema, que se objetiva num caráter disciplinar do neoliberalismo para o sujeito, como o avanço da mesma razão que submete ao Estado. Tem-se então, na esfera da superestrutura a configuração de um quadro político, econômico e social de organização completa do capitalismo, que opera tanto como um fator de coerção e disciplina pela sociedade política, quanto pelo consenso através de uma dimensão de convencimento na sociedade civil.

Esta acoplagem, que Oliver (2009) chamou de Estado Ampliado, por uma relação entre fatores de produção (relações de produção), o político (relações de poder, forma de legalidade, institucionalidade) e da sociedade civil (do que se relaciona aos sujeitos, das relações sociais, dos grupos que atuam politicamente) fundamentam uma ordem de poder que pode parecer inquebrantável para permitir que, no advento da crise, forças sociais de horizontes políticos diferentes possam atravessar as casamatas e fortalezas expostas por Gramsci, guardando aqui as diferenças entre lugares onde a sociedade é mais estatal daqueles onde ela é mais societal.

Há de se esperar que o que os ecossocialistas chamam de novas forças sociais, os movimentos ecológicos, feministas, aqueles da luta contra o racismo e movimentos de trabalhadores machem em suas lutas parciais contra a nova forma do moinho satânico e que, no limite entre a encruzilhada do capital e do político, se unam sobre o pressuposto de uma bandeira ecossocialista, que ocorra entre eles aquele “mometo mágico”, eminentemente político, de junção, união pela diversidade, mas como?

Esta é a pergunta mais difícil. Uma vez feito o diagnóstico da crise ambiental, uma vez que, como dissemos, o capitalismo é um complexo econômico jurídico e não basta a crise de sua parte

---

<sup>18</sup> Atente-se para que Dardot e Laval enxergam a participação do Estado na extensão do neoliberalismo tanto como condicionada por coersão, quanto por consenso. A premissa fundamental destes autores é que o consenso tenha chegado primeiro e que fora com o apoio dos Estados que a nova lógica de domínio do capital se estende, lógica a qual estes mesmos Estados se tornam vítimas, posteriormente, uma lógica financeira.



econômica para que a esperança do socialismo se realize como prática, já que o sistema a sustentação do sistema é policentrada, as soluções precisam encontrar um grau de aderência a uma mudança totalizante que não é previsível por nenhuma abordagem teórica.

Para a resolução da “questão neoliberal”, que é também parte relevante, senão a atual totalizante da estrutura econômico-jurídica do problema ambiental, Dardot e Laval (2017) propõem a ideia do Comum, que em síntese, é oriundo da lógica das práticas sociais dos sujeitos sobre uma nova dinâmica social. Sendo o comum um substantivo, não uma substância presente em alguma coisa, sua efetivação só pode ocorrer, surgir, pela práxis dos sujeitos em seus diversos campos de ação. Esta práxis, se convertendo em uma práxis transformadora por sucessivas elevações de sua aplicação em nível social, formam novos criterios de um bem comum, de justiça social de democracia.

O problema desta alternativa é que ela não da conta de enfrentar não só como poder econômico e tecnológico as rearticulações do capital, que tanta ênfase coloca O’Connor (1998), mas também o militar, o ideológico e o dinheiro. Todas as condições de produção do capital, como a terra e o trabalho, são “mercadorias permanentemente politizadas” e sobre elas existe um poder concreto de governamentabilidade do capital que tem seu caráter coercitivo tanto quanto consensual.

O mesmo questionamento vale para a alternativa ecológica de Guatarri (1998), que apenas mencionamos anteriormente, e que se trata de, através da articulação pela crise ecológica, buscar avançar nos processos de nova subjetivação do sujeito, por meio de outros valores, outras formas de promover uma relação com o meio ambiente, as próprias relações sociais e a subjetividade humana (ecosofia), que encontra-se sobre o domínio de um capitalismo mundial integrado em quatro regimes semióticos principais: a) o econômico (instrumento monetário, financeiro, contáveis, de decisão); b) semiótico jurídico ( título de propriedade, legislação, regulamentações diversas); semiótico técnico-científico (planos, diagramas, programas, estudos, pesquisas); semiótico de subjetivação (que se mesclam com os anteriores, mas também são da arquitetura, urbanismo, equipamentos coletivos, entre outras).

#### **4. Considerações finais**

Este ensaio busca deixar claro que tratar as causas como causas, na excelente expressão de Mézáros, significa por em concretudo o tamanho dos problemas que temos como sociedade, subordinada a um processo de valorização do capital como norma.

O capitalismo, como um sistema autopoietico, tem sua forma de organização, sua maneira de reprodução que não deve a nada, se não a si mesmo, em sua contínua evolução. Por sua vez, as personificações do capital, aqueles que são seus funcionários, as células que compõem o grande tecido, os portadores de capital, do lucro, precisam sobreviver as constantes crises de “saneamento

do sistema”, e para tal, por uma questão de pura sobrevivência ou de manutenção de seu domínio, estão dispostos a tudo.

A crise é uma descontinuidade de manifestação concreta, real, do valor, mas também uma forma de reorganização do sistema. Quando uma crise não é superada, abre-se no sistema e nas suas personificações aquele momento onde fica sob assalto a forma social. Nos parece, no entanto, que, em não havendo solução para este abalo de realização que chama a atenção os ecossocialistas, o problema das transformações das condições de produção em novas forças produtivas e relações de produção, a classe dominante esteja disposta a levar todos ao abismo, ante a ceder em sua posição por qualquer demonstração racional dos efeitos de suas ações sobre o ecossistema e a própria sociedade.

Basicamente porque a sustentabilidade ecológica, no que se quer dizer, a sustentabilidade da existência rural e urbana, o mundo dos povos indígenas, as condições de vida das mulheres, a segurança dos postos de trabalhos, estão todos em contradição com a rentabilidade de curto prazo exigida pelo capital (O’CONNOR, 2002) para a existência de sua lógica como sistema, para o seu modo de reprodução, que é sempre acelerante.

Neste sentido e levando mais afundo o espanto com a crise civilizatória do capital, Lowy (2013; 2014), fala sobre a urgência de “puxar o freio”. E nosso problema passa a ser a revolução como a necessidade, veja bem, não só de fazê-la, no horizonte de tomar o poder pela desarticulação das relações de produção capitalistas, mas parar/reorientar as máquinas. Em que sentido? Não se trata por óbvio de um novo ludismo, mas de reconhecermos que na própria forma de reprodução da sociedade, por meio das forças produtivas, há um núcleo destrutivo, o que é uma questão a ser discutida.

A parte, em termos mais objetivos, o aqui e agora, a dimensão de espaço e tempo onde estamos, determina que o capital se socialize e que, a partir de sua socialização, ordene um planejamento centralizado da disposição dos recursos para a fabricação do valor, no que O’Connor (1998) tem um relevante ponto. O que não está dito pelo autor é a forma de socialização, que não é socialista como semente, não é a raiz da promessa. É neoliberal. É uma razão neoliberal, uma “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016) que unifica a lógica do capital, nas dimensões do mercado, do Estado e instituições e do sujeito. Todos devendo obedecer o signo da valorização, de empreender-se a si mesmo como valor que se valoriza.

Por isto se torna tão relevante hoje discutir o sujeito, a forma de subjetivação. Por isto se torna tão urgente fazer aquilo que Guatarri (1990) chama de “instaurar novos sistemas de valorização” ( p. 50), que é, ainda que por outras formas de estratégia e metodologias diferentes de apresentação, a mesma questão exposta por Dardot e Laval (2017) em sua ideia de Comum, ou dos autores ecossocialistas com sua proposição ética e a emergência dos movimentos sociais. Complexificar as

ordens de realização do sujeito, instaurar uma “dualidade de poderes” (O’CONNOR, 2002), reforçar práticas de natureza diversa no econômico, social, político e cultural para despontar linhas de força comum que alcancem uma nova “significação imaginária” (DARDOT; LAVAL, 2017); “conjurar o crescimento entrópico da subjetividade dominante (GUATARRI, 1990). É isto que parece estar posto na mesa no nosso espaço-tempo, que não é o espaço-tempo oriental, onde as estratégias da guerra parecem ser de outra natureza.

## Bibliografia

ANDRADE, Daniel Caixeta de; Romeiro, Ademar Ribeiro. **Degradação Ambiental e Teoria Econômica: algumas reflexões sobre uma “Economia dos Ecossistemas”**. Economia (Brasília), v.12, p.3-26, 2011.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. Presidente (2002-2010). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro para balanço do Mutirão Arco Verde Terra Legal**. Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/12-11-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-encontro-para-balanco-do-mutirao-arco-verde-terra-legal>. Acesso: 20 fev. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. **Espinosa: poder e liberdade**. En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciencias Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de Sao Paulo. 2006

CONNOR, J. **Las condiciones de produccion, por un marxismo ecologico, una introducción teorica**. Dialnet, N. 177, p. 61-81, 1998

\_\_\_\_\_. **¿Es posible el capitalismo sostenible?**. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p.27-52, jan. 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Post Scriptum sobre a Revolução do século XXI**. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573045-o-comum-e-a-revolucao-dizem-dardot-e-laval>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

DALY, H.E. **Toward some operational principles of sustainable development**. Ecological Economics, v.2, p. 1-6, 1990.

\_\_\_\_\_. **Crescimento sustentável? Não, obrigado**. Ambiente e Sociedade v. II (2), p. 197-201, juldez, 2004.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Os escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 1 v.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere. Notas sobre o Estado e a política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 3v.

GILL, Stephen. **A América latina e o príncipe pós-moderno.** In: GILL, Stephen. Gramsci, materialismo história e relações internacionais. Rio de Janeiro: Ufrj, 2007. p. 11-40.

GILL, Stephen; LAW, David. **Hegemonia global e poder estrutural do capital.** In: GILL, Stephen. Gramsci, materialismo história e relações internacionais. Rio de Janeiro: Ufrj, 2007. p. 157-200.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **Economia e autopoiese.** Revista de economia política (São Paulo). Vol. 22, n. 4(88) (out./dez. 2002), p. 119-133

JEZIONY, D. L. **A relevância sociopolítica do conceito de desenvolvimento sustentável.** O Olho da História, v.26, 2018

LEFF, Enrique. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes.** Educação e Realidade, On Line, v. 34, n. 3, p.17-24, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 2 fev. 2019.

LOWY, MICHAEL. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista.** *Cad. CRH* [online]. 2013, vol.26, n.67, pp.79-86

\_\_\_\_\_. **O que é o ecossocialismo.** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Complejidad y modernidad De la unidad a la diferencia.** Madrid: Trotta, 1998.

\_\_\_\_\_. **La economía de la sociedad como sistema autopoietico.** Revista Mad - Universidad de Chile, Santiago, v. 29, n. 1, p.1-25, set. 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVER, Lúcio. **El Estado ampliado en Brasil y Mexico.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

PINTO, Alvaro Vieira. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação.** São Paulo: Elsevier Editora, 2012

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

